

NECTA GÁS NATURAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

NECTA GÁS NATURAL S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstração do valor adicionado Informação suplementar

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Conselheiros e Administradores da
Necta Gás Natural S.A.
Araraquara - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Necta Gás Natural S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Necta Gás Natural S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 31 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Informação suplementar

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela diretoria e governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Ribeirão Preto, 22 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP/013846/O-1

Lincoln Augusto Inácio
Contador CRC 1 SP 304008/O

1.	Contexto operacional	15
1.1	Impactos da Guerra Ucrânia x Rússia	16
2.	Declaração de conformidade	16
3.	Políticas contábeis	16
3.1	Moeda funcional e de apresentação	16
3.2	Uso de julgamentos e estimativas	17
4.	Normas contábeis	17
5.	Ativos e passivos financeiros	20
6.	Mensuração de valor justo reconhecidas	21
7.	Gestão de risco financeiro	22
8.	Caixa e equivalentes de caixa	24
9.	Contas a receber de clientes	25
10.	Partes relacionadas	26
11.	Outros tributos a recuperar	27
12.	Ativo e passivo financeiro setorial (Reclassificado)	28
13.	Gás pago e não retirado	29
14.	Adiantamento à fornecedores	30
15.	Imobilizado	30
16.	Intangível	32
17.	Outros ativos financeiros	34
18.	Ativo de contrato	35
20.	Redução ao valor recuperável	36
21.	Passivo de arrendamento	37
22.	Fornecedores	38
23.	Imposto de renda e contribuição social	39
24.	Provisão para demandas e depósitos judiciais	44
25.	Patrimônio líquido	46
26.	Receita operacional líquida	48
27.	Custos e despesas por natureza	49
28.	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	50
29.	Resultado financeiro líquido	50
30.	Eventos subsequentes	51

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	83.294	129.235
Contas a receber de clientes	9	111.537	122.215
Estoques		4.125	4.117
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23	11.410	8.907
Outros impostos a recuperar	11	2.991	3.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	-	11.414
Recebíveis de partes relacionadas	10	2.520	2.180
Ativos financeiros setoriais	12	18.662	20.434
Gás pago e não retirado	13	16.945	-
Adiantamento a fornecedores	14	18.717	350
Outros ativos		346	338
Despesas antecipadas		7.332	877
Ativo circulante		277.879	303.493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	40.736	31.870
Outros tributos a recuperar	11	56.846	48.327
Depositos judiciais	24	265	1.767
Outros ativos		5	5
Outros ativos financeiros	17	2.423	1.729
Direito de uso	19	4.590	4.429
Ativos de contrato	18	84.556	53.139
Imobilizado	15	5.775	142
Intangível	16	350.425	335.476
Ativo não circulante		545.621	476.884
Total do ativo		823.500	780.377

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Passivos			
Passivos de arrendamentos	21	1.033	1.821
Fornecedores	22	61.330	76.752
Ordenados e salários a pagar		5.341	9.044
Imposto de renda e contribuição social correntes		5.122	4.988
Outros tributos a pagar		15.296	24.888
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	25	78.582	368
Pagáveis a partes relacionadas	10	2.986	2.724
Adiantamento de clientes		130	562
Outras contas a pagar		12.785	4.280
Passivo circulante		182.605	125.427
Passivos de arrendamentos	21	4.125	2.778
Provisão para demandas judiciais	24	88	7.101
Passivos financeiros setoriais	12	73.055	53.896
Passivo não circulante		77.268	63.775
Total do passivo		259.873	189.202
Patrimônio Líquido			
Capital social	25	462.481	462.481
Reserva de lucros		101.146	128.694
Total do patrimônio líquido		563.627	591.175
Total do passivo e patrimônio líquido		823.500	780.377

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Receita operacional líquida	26	1.007.198	1.198.807
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(834.383)	(1.013.729)
Resultado bruto		172.815	185.078
Despesas de vendas	27	(17.900)	(23.847)
Despesas gerais e administrativas	27	(38.469)	(8.162)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	10.548	(4.373)
Resultado operacional		126.994	148.696
Despesas financeiras		(1.522)	(1.705)
Receitas financeiras		17.036	48.486
Variações monetárias e cambiais, líquidas		(2.707)	2.665
Resultado financeiro líquido	29	12.807	49.446
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		139.801	198.142
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(31.332)	(40.994)
Diferido		(2.548)	(17.329)
	23	(33.880)	(58.323)
Resultado líquido do exercício		105.921	139.819
Resultado líquido do exercício atribuído aos:			
Acionista		105.921	139.819
		105.921	139.819
Resultado básico por ação - em Reais		0,22903	0,30232

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	105.921	139.819
Resultado abrangente do exercício	105.921	139.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucro no período	Total
		Capital social	Reserva legal	Dividendos propostos		
Em 31 de dezembro de 2021		462.481	22.082	55.239	-	539.802
Distribuição de dividendos exercício anterior	25	-	-	(55.239)	-	(55.239)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	139.819	139.819
Reserva legal		-	6.991	-	(6.991)	-
Juros sobre capital próprio	25	-	-	-	(32.839)	(32.839)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(368)	(368)
Dividendos adicionais propostos	25	-	-	99.621	(99.621)	-
Em 31 de dezembro de 2022		462.481	29.073	99.621	-	591.175
Distribuição de dividendos exercício anterior	25	-	-	(99.621)	-	(99.621)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	105.921	105.921
Reserva legal	25	-	5.296	-	(5.296)	-
Juros sobre capital próprio	25	-	-	-	(33.848)	(33.848)
Dividendos adicionais propostos		-	-	66.777	(66.777)	-
Em 31 de dezembro de 2023		462.481	34.369	66.777	-	563.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		139.801	198.142
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	15,16,19	21.456	19.349
Resultado nas alienações de ativo imobilizado e intangível		155	807
Amortização do valor presente do ativo financeiro da concessão	16	1.694	958
Remuneração sobre bens da concessão indenizáveis	17	(242)	(29.946)
Provisão para demandas judiciais	24	(7.014)	(22.243)
Juros, variações monetárias líquidas		6.217	3.170
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos	12	15.162	31.499
Provisão de bônus e participação no resultado		1.982	1.728
Provisão para perdas de crédito esperadas/perdas de créditos	9	1.480	12.219
Outros		37	-
		180.728	215.681
Varição em:			
Contas a receber de clientes		9.198	99.870
Estoque		(8)	(783)
Imposto de renda e contribuição social e outros tributos, líquidos		(51.377)	(44.143)
Partes relacionadas, líquidas		(78)	543
Fornecedores e outros passivos financeiros		(17.504)	(4.160)
Ordenados e salários a pagar		(5.685)	3.394
Gás pago e não retirado		(16.945)	-
Outros ativos e passivos, líquidos		(14.545)	(16.391)
		(96.943)	38.331
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		83.785	254.012
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Adições ao imobilizado, intangível e ativos de contrato	15,18	(72.151)	(34.169)
		(72.151)	(34.169)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Amortização de principal sobre arrendamentos		(1.929)	(1.842)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	21	(392)	(242)
Dividendos pagos		(55.255)	(90.675)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(57.576)	(92.759)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		129.235	2.151
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		83.294	129.235
Informação complementar			
Impostos de renda e contribuição social pagos		40.327	44.391

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Transações que não envolveram caixa:

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa e, portanto, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Demonstração dos fluxos de caixa

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

Registro de direitos de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no montante de R\$ 4.834, relativo a novos contratos enquadrados na norma de arrendamento. (Nota 17).

Aquisição de ativos imobilizados e intangíveis com pagamento a prazo no montante de R\$ 2.082 (R\$4.376 em 31 de dezembro de 2022).

Apresentação de juros e dividendos:

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de atividades de financiamento, pois considera-se que são referentes aos custos de obtenção de recursos financeiros. Os juros recebidos sobre títulos e valores mobiliários, assim como, os juros pagos sobre as obras em andamento e ativos de contrato são classificados como fluxo de caixa de atividades de investimentos.

Demonstração do valor adicionado

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Receitas			
Receitas de distribuição de gás		1.190.363	1.500.738
Receita de construção		68.366	38.446
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		12.217	(2.866)
Perda (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber		(3.080)	(11.113)
		1.267.866	1.525.205
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo do gás, transporte e compra de energia		(895.573)	(1.167.931)
Custo de construção		(68.366)	(38.446)
Materiais, serviços e outras despesas		(46.790)	(14.129)
		(1.010.729)	(1.220.506)
Valor adicionado bruto		257.137	304.699
Retenções			
Depreciação e amortização	15,16,19	(23.150)	(20.306)
		(23.150)	(20.306)
Valor adicionado líquido produzido		233.987	284.393
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		21.198	56.723
		21.198	56.723
Valor adicionado total a distribuir		255.185	341.116
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos		28.255	30.360
Remuneração direta		21.104	26.032
Benefícios		4.115	2.920
FGTS/ Outros		3.036	1.408
Impostos, taxas e contribuições		118.445	167.745
Federais		32.191	77.040
Estaduais		86.253	90.704
Municipais		1	1
Despesas financeiras e aluguéis		2.564	3.193
Juros		696	1.871
Aluguéis e arrendamentos		1.868	1.322
Remuneração de capitais próprios		105.921	139.819
Resultado do exercício		105.921	139.819

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Necta Gás Natural S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada, pela Commit Gás S.A. que detém 100% do seu capital social.

Em 11 de julho de 2022, a Compass Gás e Energia S.A concluiu a aquisição de 51% do capital social da Petrobras Gás S.A. ("Gaspetro") obtendo consequentemente a assunção do controle. Em 12 de julho de 2022, foi anunciada a mudança da razão social da Gaspetro para Commit Gás S.A. ("Commit").

Em 18 de agosto de 2023, a Companhia alterou sua razão social de Gas Brasileiro Distribuidora S.A., para Necta Gás Natural S.A.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento aos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O Contrato de Concessão outorga e regula a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo e foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por mais 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

A ARSESP fiscaliza e regula os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.

O respectivo contrato de concessão também determina que as tarifas praticadas pela Companhia devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de dezembro, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Extraordinariamente, a ARSESP permite reajustar a tarifa com base no custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos, em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela Companhia ao seu fornecedor (Deliberação ARSESP nº 1.010/2020). Ademais, quinquenalmente, através do processo de Revisão Tarifária, as margens tarifárias são realinhadas ao requerimento de ingressos, autorizados pelo Regulador, em função de projeções de custos e volumes para o quinquênio próximo.

Ao final do prazo da concessão, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

1.1 Impactos da Guerra Ucrânia x Russia

A Companhia tem monitorado os desdobramentos do conflito, em especial no âmbito da volatilidade nos preços das commodities de gás natural, flutuação do câmbio e juros. Até o momento, os efeitos do conflito Ucrânia x Rússia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos.

2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador ARSESP e o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela portaria CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e alterado pelas portarias CSPE nº 273 de 23 de dezembro de 2003, CSPE nº 323 de 01 de setembro de 2004 e Deliberação ARSESP nº 1.205 de 18 de agosto de 2021.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia concluiu que não há incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado e permanece segura em relação à continuidade das operações e utilizou referida premissa como base para preparação dessas informações anuais.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma e foram autorizadas para emissão pela Diretoria Executiva em 19 de março de 2024.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis são incluídas nas notas explicativas, exceto aquelas descritas abaixo:

3.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual elas operam, geram e consomem dinheiro. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são avaliadas continuamente e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis e relevantes sob as circunstâncias.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável. As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 15** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota 16** - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota 17** – Mensuração do ajuste a valor presente (AVP) dos ativos financeiros da concessão;
- **Nota 24 b)** Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota 25** - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4. Normas contábeis

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil	Impacto
Alterações à IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 8/CPC 23 introduz a nova definição de estimativa contábil “As estimativas contábeis são montantes monetários nas demonstrações contábeis que estão sujeitas a incerteza de mensuração” e esclarece como as entidades devem distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. Os parágrafos impactados são os itens 5, 32, 34, 38 e 48 e o título do item 32. Ocorre uma distinção entre estimativas contábeis (são aplicadas prospectivamente) e políticas contábeis (são aplicadas retrospectivamente).	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Necta.

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil	Impacto
Alterações à IAS 1/ CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A IAS 1/ CPC 26 introduz orientações para decisão sobre quais políticas contábeis devem ser divulgadas em suas demonstrações financeiras. Os parágrafos impactados para apoiar na identificação de política contábil materiais são os itens 114, 117, 122, 117A, 117E, 139V e exclusão dos itens 118, 119 e 121.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Necta.
Alterações à IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	Alteração de escopo de isenção de reconhecimento inicial e esclarece como as entidades devem contabilizar o imposto diferido em certas transações tais como: arrendamentos e passivos para desmontagem e remoção. Os parágrafos impactados são: Alteração dos incisos (i) e (ii) da letra b do item 15, as letras b e c do item 22 e b do item 24; inclui o inciso (iii) da letra b do item 15, o item 22A, a letra c do item 24, os itens 98K e 98L e o exemplo 8 do Apêndice B	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Necta.
Alterações à CPC 50/IFRS 17 Contratos de Seguro Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.	A alteração adiciona uma nova opção de transição para a IFRS 17 (a 'sobreposição de classificação') para aliviar as complexidades operacionais e os desfasamentos contabilísticos únicos na informação comparativa entre passivos de contratos de seguro e <i>ativos</i> financeiros relacionados na aplicação inicial da IFRS 17. Permite a apresentação de informações comparativas sobre ativos financeiros devem ser apresentadas de forma mais consistente com a IFRS 9 Instrumentos Financeiros.	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Necta.
Alteração CPC 32/IAS 12 - item 4A referente a nova regra tributária Pilar Dois	<p>Tendo em vista que em 2023 muitos países promulgaram regulação tributária voltada a implementar as regras dos modelos globais anti-erosão da base tributária em nível global (GloBE model rules) integrantes do projeto denominado "Pilar Dois" e coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esta legislação causou incertezas na apuração de ativos e passivos fiscais diferidos no contexto do CPC 32 ("Tributos sobre o Lucro").</p> <p>Em vista deste cenário, o IASB e o AASB propuseram mudanças no IAS 12, que foram implementadas no Brasil mediante a publicação da Resolução CVM nº 197, em 28/12/2023, introduzindo alterações na norma correspondente brasileira (CPC 32). Essas mudanças introduziram uma isenção temporária obrigatória com relação ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois (item 4A do CPC 32).</p> <p>A Resolução CVM nº 197/2023 também introduziu no CPC 32 obrigações de divulgação de informações sobre a exposição da entidade aos tributos do Pilar Dois, sem apresentar requisitos específicos quanto ao nível de detalhamento e permitindo o atendimento desta obrigação com a divulgação de informações sobre o progresso da entidade na avaliação de sua exposição.</p>	Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Necta.

4.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma aplicável	Principais requisitos ou mudanças na política contábil
Alterações à IFRS 16/ CPC 06 (R2) – Arrendamentos Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	Inclusão de requerimentos sobre pagamentos variáveis para um <i>sale-leaseback</i> que visa fornecer orientações sobre como contabilizar os pagamentos variáveis para o vendedor-arrendatário em uma transação de <i>sales and leaseback</i> .
Alterações à IAS 1/ CPC 26 (R1) – Apresentações das Demonstrações Contábeis Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	"Alteração à IAS 1 com a intenção de aprimorar as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de diferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (comumente referidos como "covenants"). As alterações também responderam às preocupações das partes interessadas sobre a classificação de tal passivo como circulante ou não circulante que surgiram no decorrer do projeto, em especial após discussão e emissão de agenda <i>decision</i> por parte do IFRIC.
Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7) - Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado"). Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.	"As alterações introduzem dois novos objetivos de divulgação – um na IAS 7 e outro na IFRS 7 – para que a empresa forneça informações sobre os seus acordos de financiamento de fornecedores que permitiriam ao leitor das demonstrações avaliar os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da empresa. Também será necessário divulgar o tipo e o efeito das alterações não monetárias nos valores contábeis dos passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento do fornecedor."

Todas as outras normas ou alterações de normas emitidas pelo CPC e IASB e que estejam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não são aplicáveis ou relevantes para a Companhia.

5. Ativos e passivos financeiros

Política contábil:

A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação, exceto aqueles mensurados ao custo amortizado mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de somente principal e juros.

A classificação é baseada em dois critérios: (i) o modelo de negócios da Companhia para gerenciar os ativos; e (ii) se os fluxos de caixa contratuais dos instrumentos representam apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas e outros ativos financeiros.

Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e nem quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são demonstrados conforme classificados abaixo:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	8	83.294	129.235
Contas a receber de clientes	9	111.537	122.215
Recebíveis de partes relacionadas	10	2.520	2.180
Ativos financeiros setoriais	12	18.662	20.434
Outros ativos financeiros	17	2.423	1.729
Depósitos judiciais	25	265	1.767
Total		218.701	277.560
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	22	(61.330)	(76.752)
Passivos de arrendamento	21	(5.158)	(4.599)
Pagáveis a partes relacionadas	10	(2.986)	(2.724)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	(78.582)	(368)
Passivos financeiros setoriais	12	(73.055)	(53.896)
Total		(221.111)	(138.339)
Total		(2.410)	139.221

6. Mensuração de valor justo reconhecidas

Política contábil:

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros.

Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. o uso de preços de mercado cotados;
- ii. para "Outros ativos financeiros usamos fluxo de desconto considerando a taxa WACC, adotada pelo órgão regulador no cálculo das tarifas; e

Todas as estimativas resultantes de valor justo estão incluídas no nível 2, quando os valores justos tiverem sido determinados com base em valores presentes e as taxas de desconto utilizadas tiverem sido ajustadas para risco de contraparte ou de crédito próprio.

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos.

A Administração regularmente revisa insumos não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a Administração avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível no mercado.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: as entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.
- Nível 2: as entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado.
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo como a entrada de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não houve alteração na classificação dos níveis da Companhia.

7. Gestão de risco financeiro

Política contábil:

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas, quando relevante, para adicionar mais contexto.

O gerenciamento de risco financeiro da Companhia é controlado sob políticas aprovadas pela Administração. A Companhia identifica, avalia e protege os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais.

A política da Companhia é manter uma base de capital robusta para promover a confiança dos investidores, credores e mercado, e para garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

A administração monitora que o retorno sobre o capital é adequado para cada um de seus negócios.

A utilização de instrumentos financeiros para proteção contra essas áreas de volatilidade é determinada por meio de uma análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir.

(i) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, especificamente na área noroeste do Estado de São Paulo conforme contrato de concessão, no entanto, as compras de gás canalizado sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativo/passivo setorial), os quais são repassados aos clientes conforme regulação.

(ii) Risco da taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir.

Uma análise de sensibilidade sobre as taxas de juros de 25% e 50% é apresentada abaixo:

Exposição taxa de juros	Provável	Cenários			
		25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	83.294	104.118	124.941	62.471	41.647
Total	83.294	104.118	124.941	62.471	41.647

(iii) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia expõem-na a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	83.294	129.235
Contas a receber de clientes	111.537	122.215
Recebíveis de partes relacionadas	2.520	2.180
Total	197.351	253.630

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos em CDB (Crédito de depósitos bancários) e aplicações compromissadas. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pela área financeira de acordo com a política da Companhia.

(iv) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia é assegurar liquidez suficiente para cumprir seus passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por datas de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2023					31/12/2022
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Fornecedores	61.330				61.330	76.752
Passivos de arrendamento	1.033	1.562	1.068	1.495	5.158	4.599
Pagáveis a partes relacionadas	2.986				2.986	2.724
Dividendos a pagar	78.582				78.582	368
Total	143.931	1.562	1.068	1.495	148.056	84.443

8. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos à ordem e investimentos de alta liquidez com vencimento de três meses ou menos a partir da data de aquisição e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	9.782	5.543
Aplicações financeiras	73.512	123.692
	83.294	129.235

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	851	-
Certificado de depósitos bancários - CDB	72.661	123.692
	73.512	123.692

As aplicações financeiras foram rentabilizadas a taxas em torno de 100% do certificado CDI em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Veja a nota 6 com a análise de sensibilidade sobre os riscos de taxa de juros.

9. Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional devido a um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém os saldos de contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é reconhecida como despesas de vendas.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	31/12/2023	31/12/2022
Contas de gás a receber	56.944	51.395
Receita não-faturada ⁽ⁱ⁾	74.710	90.022
Total	131.654	141.417
Provisão para perdas de crédito esperadas	(20.117)	(19.202)
Total	111.537	122.215
Circulante	111.537	122.215
Total	111.537	122.215

(i) A receita não faturada refere-se à parte do fornecimento de gás no mês, cuja medição e faturamento ainda não foram efetuados, contudo já registrado no balanço para fins de competência.

O *aging* das contas a receber é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	107.017	121.495
Vencidas:		
Até 30 dias	1.532	10.357
De 31 a 60 dias	271	183
De 61 a 90 dias	137	86
Mais de 90 dias	22.697	9.296
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(20.117)	(19.202)
Total	111.537	122.215

A variação na perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber é a seguinte:

Saldo em 31/12/2021	(7.702)
(Adições)	(12.849)
Baixas	1.349
Saldo em 31/12/2022	(19.202)
(Adições)	(2.479)
Baixas	1.564
Saldo em 31/12/2023	(20.117)

10. Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado e realizadas conforme contratos estabelecidos. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) Contas a receber e a pagar com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Operações comerciais		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	2.520	2.180
Total	2.520	2.180
	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante		
Operações comerciais		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	-	38
Commit Gás S.A.	1.531	2.686
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	1.455	-
Total	2.986	2.724

b) Transações com partes relacionadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	42.134	30.325
Total	42.134	30.325
Custo operacional		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	(130)	(134)
Rumo Malha Sul S.A.	(23)	-
Rumo Malha Paulista S.A.	(21)	-
Total	(174)	(134)
Receitas (despesas) compartilhadas		
Commit Gás S.A.	(3.438)	(3.271)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	(1.041)	(355)
Total	(4.479)	(3.626)
Resultado financeiro		
Comgás - Companhia de Gás de São Paulo S.A.	122	-
Total	122	-
Total	37.603	26.565

c) Remuneração dos administradores e diretores:

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, Diretor- Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro, Diretor Técnico-Comercial. A remuneração para esses membros totalizou R\$4.479 (2022 - R\$3.864).

11. Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS ⁽ⁱ⁾	44.556	38.280
PIS ⁽ⁱ⁾	9.653	8.284
ICMS	5.628	5.189
Total	59.837	51.753
Circulante	2.991	3.426
Não circulante	56.846	48.327
Total	59.837	51.753

- (i) Em 13 maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo de PIS e COFINS. A Companhia reconheceu créditos referentes ao tema.

12. Ativo e passivo financeiro setorial (Reclassificado)

Política contábil:

Os ativos e passivos financeiros setoriais têm a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre custo de gás e alíquotas de tributos contidas nas portarias emitidas pela ARSESP, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Estas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ARSESP no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário.

Conforme disposto na Deliberação nº 1010, eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ARSESP já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ARSESP no próximo reajuste tarifário.

Ainda, tal Deliberação versou sobre o saldo contido na conta corrente de tributos, a qual acumulava valores relativos a créditos tributários aproveitados, mas, que essencialmente, fazem parte da composição tarifária e devem ser, posteriormente, repassados via tarifa.

Com a publicação da Deliberação nº 1010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos setoriais como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, reconhece contabilmente os ativos e passivos financeiros setoriais em suas demonstrações financeiras.

A movimentação do ativo (passivo) financeiro setorial líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

	Ativo setorial	Passivo setorial (reclassificado)	Total
Saldo em 31/12/2021	50.447	(52.070)	(1.623)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(35.472)	3.973	(31.499)
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5.459	(5.799)	(340)
Saldo em 31/12/2022 (reclassificado)	20.434	(53.896)	(33.462)
Custo do gás ⁽ⁱ⁾	(15.162)	-	(15.162)
Créditos tributários ⁽ⁱⁱ⁾	12.425	(12.425)	-
Atualização monetária ⁽ⁱⁱⁱ⁾	965	(6.734)	(5.769)
Saldo em 31/12/2023	18.662	(73.055)	(54.393)
Circulante	18.662	-	18.662
Não circulante	-	(73.055)	(73.055)
Total	18.662	(73.055)	(54.393)

- (i) Refere-se ao custo do gás adquirido em comparação àquele contido nas tarifas, integralmente classificados no ativo circulante, uma vez que a deliberação do regulador prevê recuperação tarifária em bases anuais para as categorias de clientes residencial e comercial e trimestrais para as demais categorias de clientes.
- (ii) Refere-se ao valor líquido de créditos tributários no exercício.
- (iii) Atualização monetária sobre a conta corrente de gás e crédito extemporâneo, com base na taxa SELIC.

No dia 9 de janeiro de 2023, a ARSESP promoveu a audiência pública relacionada ao tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS aos clientes, provenientes da exclusão do ICMS das suas bases.

Conforme a deliberação nº 1.457 de 27 de setembro de 2023, a disponibilização do Relatório Circunstanciado referente às contribuições recebidas ficou prorrogada em até 120 dias, a contar da data de 29 de setembro de 2023. Dessa forma, até que se concluam as análises dessas contribuições por parte da agência reguladora, o tema segue em aberto e sem concretização acerca de próximos passos, não havendo assim impacto nessas demonstrações financeiras.

Para melhor apresentação o montante dos indêbitos de PIS e COFINS classificado no grupo “Provisões”, no exercício de 2022, foi reclassificado em 2023 para o grupo “Passivos setoriais”, uma vez que, fazem parte da composição do tema da devolução dos créditos de PIS/COFINS tratados na audiência pública promovida pela ARSESP.

13. Gás pago e não retirado

Política contábil:

O contrato firme inflexível de compra de gás natural, firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado.

Como no exercício de 2022 a Companhia retirou uma quantidade de gás natural inferior ao volume compromissado, foram efetuadas antecipações de compra de gás referentes aos volumes não retirados, conforme previsto nas regras contratuais, que resultaram no montante atualmente registrado.

As quantidades de gás natural pagas e não retiradas poderão ser compensadas, conforme contrato firme inflexível, em até 12 meses após o término do contrato. As projeções feitas pela Administração indicam a compensação total do volume de gás natural pago e não retirado dentro do período contemplado no contrato.

Saldo em 31/12/2022	-
Adições	48.084
Compensações	(25.195)
Atualizações	(5.944)
Saldo em 31/12/2023	16.945

14. Adiantamento à fornecedores

Política contábil:

Os adiantamentos a fornecedores são mensurados ao custo. O saldo em aberto trata-se principalmente de compra de materiais e equipamentos (para entrega futura) com finalidade de expansão da rede de distribuição de gás.

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de compra para entrega futura	18.029	-
Outros adiantamentos	688	350
Total	18.717	350

Em novembro de 2023 a Companhia efetuou pagamento a fornecedor de tubos, a título de adiantamento, referente a compra de tubos para a execução do projeto de expansão para o município de Orlândia, contudo, o cronograma do projeto foi reavaliado e o projeto foi postergado. Atualmente a Companhia avalia a destinação do material a outros projetos que estão sendo avaliados no âmbito da Revisão Tarifária Quinquenal, que ocorrerá neste ano de 2024, ou mesmo no próprio projeto de Orlândia com o cronograma atualizado.

15. Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa sem um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias 4% - 5%
Outros 8% - 20%

a) Reconciliação do valor contábil:

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Obras em andamento	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2021	4.912	-	4.912
Adições	-	100	100
Baixas	(841)	-	(841)
Saldo em 31/12/2022	4.071	100	4.171
Adições	-	5.867	5.867
Transferências	6.217	(5.926)	291
Saldo em 31/12/2023	10.288	41	10.329
Valor de depreciação			
Saldo em 31/12/2021	(4.446)	-	(4.446)
Adições	(424)	-	(424)
Baixas	841	-	841
Saldo em 31/12/2022	(4.029)	-	(4.029)
Adições	(525)	-	(525)
Saldo em 31/12/2023	(4.554)	-	(4.554)
Saldo em 31/12/2022	42	100	142
Saldo em 31/12/2023	5.734	41	5.775

16. Intangível

Política contábil:

a) Direito de concessão

Demonstrado ao custo pago na aquisição, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

A Companhia, quando firmou o Contrato de Concessão tinha como um dos principais objetivos atender ao Programa Prioritário de Termoeletricidade (“PPT”) do Governo Federal de 1999 com o fornecimento de gás canalizado para cinco termoeletricas. O contrato foi concedido pelo montante de R\$274.900.

Em virtude da não implantação das termoeletricas na área de concessão, a Companhia efetuou revisões das projeções futuras de rentabilidade. Essas projeções utilizaram como parâmetro o método de avaliação econômica de geração de fluxos de caixa futuros descontados e revelaram que os investimentos efetuados até aquelas datas não seriam, na sua totalidade, recuperados pelos resultados futuros.

Conseqüentemente, reduções extraordinárias do valor recuperável dos ativos foram reconhecidas no resultado dos exercícios de 2002 e de 2003, remanescendo o saldo de R\$8.345 para o contrato de concessão.

Conforme ICPC 01 (R1), a construção e as melhorias na infraestrutura são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil do ativo, limitado ao prazo remanescente da concessão.

b) Programas de computador (softwares)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos softwares para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do software e despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado de forma linear com base nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis (limitado ao prazo remanescente da concessão), a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, conforme demonstrado a seguir.

	<u>Anos</u>
Softwares	5
Redes e estações	30
Fibra ótica	22
Conjunto de regulação e medição	20
Contrato de concessão	30

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

d) Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que possam gerar a necessidade de testes sobre o seu valor de recuperação.

	Direito de Concessão	Rede de distribuição de gás	Total
Valor de custo			
Saldo em 31/12/2021	8.345	396.847	405.192
Baixas	-	(542)	(542)
Transferências (i)	-	143.198	143.198
Amortização AVP	-	(958)	(958)
Saldo em 31/12/2022	8.345	538.545	546.890
Baixas	-	(1.391)	(1.391)
Transferências (i)	-	36.117	36.117
Amortização AVP	-	(1.694)	(1.694)
Saldo em 31/12/2023	8.345	571.577	579.922
Valor de amortização			
Saldo em 31/12/2021	-	(194.253)	(194.253)
Adições	-	(17.465)	(17.465)
Baixas	-	304	304
Saldo em 31/12/2022	-	(211.414)	(211.414)
Adições	-	(19.408)	(19.408)
Baixas	-	1.325	1.325
Saldo em 31/12/2023	-	(229.497)	(229.497)
Saldo em 31/12/2022	8.345	327.131	335.476
Saldo em 31/12/2023	8.345	342.080	350.425

A administração da Companhia firmou junto ao órgão regulador - ARSESP, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado em D.O.E no dia 24 de março de 2022, em que se comprometeu a liquidar o montante decorrente das penalidades aplicadas, por meio de transferência definitiva de parte dos seus ativos ao Poder concedente, que ainda não foram remunerados na tarifa pela ARSESP.

Diante do início de *impairment* em 2022, a Companhia, anualmente, realiza os testes de *impairment*. Para o exercício de 2023 o teste foi realizado tendo como data base 30 de novembro e concluiu-se que a redução de R\$18,3 milhões na base remuneratória não gerou perda no valor recuperável dos ativos, visto que o valor recuperável apurado (valor presente dos fluxos de caixa futuros) é superior ao valor contábil.

17. Outros ativos financeiros

Política contábil:

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato concessão, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a taxa de 10,05% e 9,11% ao ano. Estas taxas têm como base as notas técnicas do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto para os bens a serem indenizados ao final do contrato de concessão.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, são amortizados pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

Com base na avaliação do contrato de concessão, a Administração considerou como “virtualmente certa” a probabilidade de renovação da concessão em 2029 para mais 20 anos. Adicionalmente, a Administração possui conforto em utilizar tal estimativa para a aplicação do IFRIC 12.

	Ativo financeiro
Saldo em 31/12/2021	82.403
Baixas	(570)
Transferências	(110.050)
Capitalização de juros	29.946
Saldo em 31/12/2022	1.729
Baixas	(88)
Transferências	540
Capitalização de juros	242
Saldo em 31/12/2023	2.423

18. Ativo de contrato

Política contábil:

Ativos do contrato são mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando os ativos entram em operação, os valores amortizáveis no contrato de concessão são transferidos para ativos intangíveis. A Companhia reavalia a vida útil, sempre que essa avaliação indicar que o período de amortização excederá o prazo do contrato de concessão, uma parte do ativo é convertida em ativo financeiro, pois representa um contas a receber do poder concedente. Essa classificação está de acordo com o IFRIC 12 - Contratos de Concessão.

Ativos de contrato	
Saldo em 31/12/2021	47.841
Adições	38.446
Transferências	(33.148)
Saldo em 31/12/2022	53.139
Adições	68.366
Transferências	(36.949)
Saldo em 31/12/2023	84.556

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram adicionados R\$ 2.256 referente à capitalização de mão de obra gerada internamente (R\$ 2.286 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), por meio da capitalização de mão de obra.

19. Direito de uso

Política contábil:

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Além disso, a Companhia considera quando aplicável uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

	Imóveis	Veículos	Impressoras	Total
Valor de custo				
Saldo em 31/12/2021	2.926	1.564	-	4.491
Adições	4.516	-	318	4.834
Reajustes contratuais	-	(73)	-	(73)
Baixas	(2.928)	-	-	(2.928)
Saldo em 31/12/2022	4.514	1.491	318	6.323
Adições ⁽ⁱ⁾	5.258	97	-	5.355
Baixas	(5.036)	(1.587)	-	(6.623)
Saldo em 31/12/2023	4.737	-	318	5.055
Valor de amortização				
Saldo em 31/12/2021	(2.898)	(460)	-	(3.358)
Adições	(923)	(524)	(16)	(1.463)
Baixas	2.927	-	-	2.927
Saldo em 31/12/2022	(894)	(984)	(16)	(1.894)
Adições	(869)	(603)	(64)	(1.536)
Baixas	1.378	1.587	-	2.965
Saldo em 31/12/2023	(385)	-	(80)	(465)
Saldo em 31/12/2022	3.620	507	302	4.429
Saldo em 31/12/2023	4.352	-	238	4.590

(i) A adição do exercício refere-se principalmente ao contrato de locação do novo escritório corporativo com prazo contratual até fevereiro/2033

20. Redução ao valor recuperável

Política contábil:

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas ao negócio, utilizando informações disponíveis no mercado e desempenho anterior. Fluxos de caixa descontados foram elaborados ao longo de um período de cinco anos e perpetuados sem considerar uma taxa de crescimento real.

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de impairment para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado.

As premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa descontado, estimativas de desempenho futuro dos negócios, geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto são utilizadas em nossa avaliação de redução ao valor recuperável de ativos na data do balanço. Nenhuma mudança razoavelmente plausível em uma premissa chave causaria prejuízo.

Teste de redução ao valor recuperável

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda e seu valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Desta forma, a Companhia considerou que o menor grupo identificável de ativos é a rede de distribuição de gás, visto a proveniência de caixa indivisível, bem como a tomada de decisão da Administração é feita com base no resultado e gestão de caixa da empresa.

Quando aplicável, a Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinados pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Os fluxos de caixa descontados da Companhia foram elaborados por um período de 5 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado.

As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: volume, margem e WACC (taxa de desconto). A taxa de desconto considerada foi de 8,67%.

Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes na unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, a Companhia concluiu que para o exercício de 31 de dezembro de 2023 não há necessidade de registro de provisão de *impairment*.

21. Passivo de arrendamento

Política contábil:

A Companhia adota um único modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Como arrendatário, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

As isenções opcionais estão relacionadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A movimentação dos arrendamentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.300
Adições e reajuste contratual	5.392
Apropriação de juros	232
Amortização de principal	(2.083)
Pagamento de juros	(242)
Saldo em 31/12/2022	4.599
Adições e reajuste contratual	5.479
Baixas	(3.045)
Apropriação de juros	447
Amortização de principal	(1.929)
Pagamento de juros	(393)
Saldo em 31/12/2023	5.158
Circulante	1.033
Não circulante	4.125
Total	5.158

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em fevereiro de 2033.

22. Fornecedores

Política contábil:

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de gás e transportes de gás	51.952	64.453
Fornecedores de materiais e serviços	9.378	12.299
Total	61.330	76.752

A Companhia tem celebrado com a Petrobras (dois) contratos de compra e venda de gás natural na modalidade firme inflexível, sendo um findando em dezembro de 2023 e o outro com vigência até dezembro de 2025. Em janeiro de 2024 foi firmado novo contrato firme e inflexível com vigência até dezembro de 2034.

Tem celebrado também 1 (um) contrato de compra e venda de gás biometano com a Cocal Energia Ltda. vigente até dezembro de 2029.

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui compromissos financeiros que totalizaram um valor presente estimado de R\$796.655 (não auditado), que inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em *commodities* quanto em transporte, com prazo até dezembro de 2029.

23. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

c) Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

d) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda a recuperar	8.430	6.630
Contribuição social a recuperar	2.981	2.277
Total	11.410	8.907

b) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	139.801	198.142
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(47.533)	(67.369)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Juros sobre capital próprio	11.509	11.165
Outros	2.144	(2.120)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(33.880)	(58.323)
Taxa efetiva - %	24%	29%

A Companhia não espera a ocorrência de eventos que possam impactar de forma significativa a alíquota efetiva anual além daqueles já divulgados nesse exercício.

c) Ativos e passivos de imposto de renda diferido:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$119.811 (R\$127.306 em 31 de dezembro de 2022), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão.

O efeito decorrente das diferenças temporárias está detalhado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos ativos de:		
Diferenças temporárias		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	4.689	4.195
Provisão para demandas judiciais	13.530	12.802
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	6.840	6.529
Provisões diversas	6.661	5.625
Outros	3	671
Total	31.723	29.822
Créditos passivos de:		
Diferenças temporárias		
Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	20.443	23.849
PIS e COFINS a recuperar (Provisão)	(11.430)	(10.387)
Total	9.013	13.462
Total de tributos diferidos registrados	40.736	43.284
Circulante	-	11.414
Não circulante	40.736	31.870
Total diferido, líquido	40.736	43.284

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma indicado)

A alteração do CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, vigente a partir de janeiro de 2023, reduziu o escopo da isenção de reconhecimento de ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos contidas nos parágrafos 15 e 24 dessa norma, de modo que não se aplica mais a transações que no reconhecimento inicial dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

A Companhia avaliou o prazo para compensação de seus créditos de tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias através da projeção de seu lucro tributável para o prazo das concessões, limitado aos prazos das concessões. A projeção foi baseada em premissas econômicas de inflação e juros, volume transportado projetados nas suas áreas de atuação e condições de mercado de seus serviços, validadas pela administração. Os resultados projetados pela Companhia geram a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2023:

Dentro de 1 ano	-
1 a 2 anos	11.559
2 a 3 anos	3.407
3 a 4 anos	3.407
4 a 5 anos	3.407
Acima de 5 anos	18.956
Total	40.736

d) Movimentações no imposto diferido ativos e passivos:

ATIVO

	Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	Provisão para demandas judiciais	Provisões para créditos de liquidação duvidosa e perdas	Passivo regulatório	Outros	Efeito do AVP do Ativo Intangível e do Ativo Financeiro	PIS e COFINS a recuperar (Provisão)	Total
Saldo em 31/12/2021	14.051	11.863	2.619	13.506	760	27.256	(9.441)	60.613
Impacto no resultado do exercício	(9.856)	939	3.910	(7.880)	(89)	(3.407)	(946)	(17.329)
Saldo em 31/12/2022	4.195	12.802	6.529	5.626	671	23.849	(10.387)	43.284
Impacto no resultado do exercício	494	729	311	1.035	(668)	(3.407)	(1.043)	(2.548)
Saldo em 31/12/2023	4.689	13.531	6.840	6.661	3	20.442	(11.430)	40.736

24. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia possui passivos contingentes em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 em relação a:

a. Provisão para demandas judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias		
Cíveis, ambientais e regulatórias	6	7.101
Trabalhistas	82	-
Total	88	7.101

b. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	259	1.767
Cíveis, ambientais e regulatórias	6	-
Total	265	1.767

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	Tributárias	Cíveis e regulatórias	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2021	-	29.344	-	29.344
Provisionado no exercício	98	-	-	98
Baixas por reversão / pagamento	-	(22.341)	-	(22.341)
Saldo em 31/12/2022	98	7.003	-	7.101
Provisionado no exercício		8	104	112
Baixas por reversão / pagamento	(98)	(7.005)	(23)	(7.126)
Atualização monetária		1		1
Saldo em 31/12/2023	-	7	81	88

c. Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias (i)	331	-
Cíveis	20.428	5
Trabalhistas	10.036	396
Total	30.795	401

i) Tributárias:

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS - Possível tributário ⁽ⁱ⁾	329	-
Outros	2	-
Total	331	-

(i) Trata de execução fiscal proposta pela Fazenda Nacional objetivando pagamento oriundo de processo administrativo. Os valores cobrados estão sendo objetos de Ação Anulatória em trâmite.

As contingências tributárias referem-se às autuações fiscais na esfera Federal, avaliadas como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração e, portanto, sem constituição de provisão, conforme estabelece o CPC 25 / IAS 37.

ii) Cíveis:

A Companhia está se defendendo de ações de natureza cível classificadas pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

iii) Trabalhistas:

Os processos trabalhistas referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos ao pagamento de horas extras e reflexos e outros.

d. Contingências ativas**3ª Revisão Tarifária Ordinária**

O processamento da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Companhia era previsto contratualmente para ter ocorrido até dezembro de 2014, porém, permaneceu inconcluso até dezembro de 2020 em função de diversos questionamentos havidos ao longo de sua implementação.

Em 08 de dezembro de 2020, a ARSESP, através da Deliberação nº 1.082, deliberou pela aprovação do resultado da 3ª Revisão Tarifária Ordinária da Necta, estabelecendo, para fins de compensação não tarifária à Companhia, o valor de R\$33.660, em moeda de novembro de 2019. O montante ora apontado se refere a diferença entre a receita teto auferida e a receita requerida do 4º ciclo tarifário, calculada conforme parâmetros regulatórios estabelecidos pela ARSESP.

Conforme estabelecido pela nota técnica NT.F-0068-2020, emitida pela ARSESP, a Companhia faz jus a recuperação desse valor corrigido monetariamente pelo IGP-M e capitalizado pela taxa Selic até a data de sua compensação, que deverá ser definida futuramente. O valor indicado na deliberação não foi reconhecido nestas demonstrações financeiras por ter sua realização condicionada a manifestação do órgão regulador estadual, não se qualificando, portanto, como um ativo a ser reconhecido.

25. Patrimônio líquido**Política contábil:****a. Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com a Lei 6.404.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, ao final do exercício seja destinado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme a legislação societária.

Os dividendos, a destinação do lucro líquido do exercício e excesso das reservas de lucro, conforme determinado no art. 199 da Lei das Sociedades Anônima serão objetos de deliberações na próxima Assembleia Geral Ordinária.

a) Capital social

O capital subscrito da Companhia é de R\$ 462.481, inteiramente integralizado, ações ordinárias nominativas, no montante de R\$462.481, sendo atualmente 100% pertencentes à Commit Gás S.A

b) Reserva de lucros

A Reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos e Juros sobre capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia é assegurado aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, o qual considera juros sobre capital próprio em sua composição. Conforme 203ª reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2023, foi deliberado a aprovação do pagamento dos juros sobre o capital próprio de 2023.

d) Movimentação de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:

Saldo em 31/12/2021	-
Dividendos deliberados do exercício	55.239
Juros sobre capital próprio proposto	32.839
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(4.926)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(85.164)
Outros	2.380
Saldo em 31/12/2022	368
Dividendos deliberados do exercício	99.621
Juros sobre capital próprio proposto	33.849
Imposto retido sobre juros sobre capital próprio proposto	(5.078)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(50.178)
Saldo em 31/12/2023	78.582

e) Destinação do lucro líquido do exercício

As destinações que ocorreram na Companhia estão demonstradas abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	105.921	139.819
Constituição da reserva legal – 5%	5.296	6.991
Base de cálculo para distribuição de dividendos	100.625	132.828
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	-	368
Juros sobre capital próprio declarados	33.848	32.839
Total do lucro do exercício a destinar	66.777	99.621

Caberá à próxima Assembleia Geral Ordinária deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

26. Receita operacional líquida

Política contábil:

A Companhia reconhece receitas das seguintes fontes principais:

i. Receita faturada

A receita de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes baseadas nas medições mensais realizadas.

ii. Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se a porção de gás fornecida para qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. Com base em sua experiência histórica com operações similares, a Companhia acredita que o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

iii. Receita de construção em concessão

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

iv. Receita de prestação de serviços

As receitas de serviços englobam taxas de serviços correlatos e acessórios, ao sistema de distribuição de gás, sendo reconhecidas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão, quando o estágio de conclusão da transação no final do período puder ser determinado e mensurado de forma confiável, bem como quando seu montante e os custos relacionados podem ser mensurados com segurança.

A seguir, é apresentada a composição da receita da Companhia no exercício:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta na distribuição de gás	1.190.332	1.500.696
Receita bruta na prestação de serviços	30	42
Receita de construção	68.366	38.446
Impostos sobre vendas e outras deduções	(251.530)	(340.377)
Receita operacional líquida	1.007.198	1.198.807

27. Custos e despesas por natureza

Política contábil:

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados, inclui o custo das aquisições de gás e transporte, líquido de impostos, gastos de pessoal, depreciação e amortização de ativos, custos de construção e materiais e serviços.

Os custos e despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo do gás e transporte	(721.592)	(931.147)
Custo de construção	(68.366)	(38.446)
Depreciação e amortização	(23.150)	(20.306)
Materiais e serviços	(27.886)	(22.053)
Gastos com pessoal	(34.436)	(36.188)
Outras despesas e (receitas)	(15.322)	2.402
	(890.752)	(1.045.738)

	31/12/2023	31/12/2022
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(834.383)	(1.013.729)
Despesas com vendas	(17.900)	(23.847)
Gerais e administrativas	(38.469)	(8.162)
	(890.752)	(1.045.738)

28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas - multas contratuais	13.617	7.325
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado, intangível e investimento	(1.557)	(281)
Reconhecimento dos indêbitos de PIS e COFINS	-	(2.782)
Efeito líquido das demandas judiciais	(115)	(7.580)
Provisões regulatórias	(1.383)	-
Outros(as)	(14)	(1.055)
	10.548	(4.373)

29. Resultado financeiro líquido

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, ajustes de desconto a valor presente dos ativos financeiros e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, as despesas com atualização monetária dos ativos e passivos setoriais, conforme Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado.

Os ganhos e perdas monetárias são apresentados de forma líquida.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Ajuste a valor presente arrendamento	(447)	(232)
Taxas e tarifas bancárias	(242)	(297)
Outras despesas financeiras	(833)	(1.176)
	(1.522)	(1.705)
Rendimento de aplicação financeira	14.025	16.015
Remuneração sobre os outros ativos financeiros	242	29.946
Outras receitas financeiras	2.769	2.525
	17.036	48.486
Atualização dos ativos e passivos setoriais	(5.769)	(340)
Atualização dos indêbitos de PIS e COFINS	3.065	2.782
Outras atualizações	(3)	223
	(2.707)	2.665
Resultado financeiro, líquido	12.807	49.446

	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(1.522)	(1.705)
Receitas financeiras	17.036	48.486
Variações monetárias líquidas	(2.707)	2.665
Resultado financeiro, líquido	12.807	49.446

Para melhor apresentação as atualizações de ativo e passivo setorial classificadas no exercício de 2022 em “Receitas financeiras” e “Despesas financeiras”, foram reclassificadas no exercício de 2023, para “Variações monetárias líquidas”.

30. Eventos subsequentes

a) Captação de debêntures

Em 01 de fevereiro de 2024, com o objetivo de obter recursos para utilizar em usos gerais corporativos, a Companhia realizou a captação de R\$ 70.000, via debêntures simples, com vencimento em 19 de janeiro de 2027, remuneradas pela variação acumulada de 100% das médias diárias do DI – Depósito interfinanceiros, acrescida da sobretaxa de 1,55 % ao ano.

b) Pagamento de JCP e dividendos

Em 08 de fevereiro de 2024 a Companhia pagou: (i) Juros sobre Capital Próprio (JCP), relativo ao exercício de 2023, no valor de R\$ 33.849; (ii) última parcela de Dividendos Adicionais Propostos relativos ao exercício 2022, no valor de R\$ 49.810.

c) Deliberação ARSESP nº 1.505

Em 06 de março de 2024, através da deliberação nº 1.505, a Agência Reguladora - ARSESP autorizou a Concessionária, via tarifa (conta gráfica), a realizar a compensação de R\$ 6.250, este montante se refere a atualização das compensações realizadas no período de março/23 a janeiro/24 do compromisso de retiradas mínimas mensais estabelecidas nos contratos de suprimentos de gás natural.